

# COMUNICAÇÃO E UTOPIA EM PORTUGAL E UMA INDECISA IDENTIDADE LUSO-GALEGA

*Moisés de Lemos Martins*  
Universidade do Minho

## I UMA INDECISA COMUNIDADE GALAICO-PORTUGUESA

Num Congresso luso-galego de comunicação e cultura, em que também o jornalismo luso-galego estará em debate, gostaria de manifestar o meu regozijo e dar os parabéns ao Consello da Cultura Galega pela realização deste Encontro, que junta duas comunidades científicas de comunicação, uma galega e outra portuguesa. A estas duas comunidades as histórias dos nossos distintos países impuseram-lhes que crescessem afastadas uma da outra e que se ignorassem. Acontece, no entanto, que elas se vêem hoje, cada vez mais, com um destino comum, por partilharem uma identidade «escargotique», como diria, num outro contexto, o saudoso sociólogo Abraham Moles. Tanto a Galiza, como Portugal, deslocam, com efeito, um quase idêntico imaginário, sendo que esse sonho partilhado envolve ambas as comunidades, tal um caracol. E na medida em que deslocam um quase idêntico imaginário, um sonho partilhado, na medida em que habitam um espaço simbólico muito próximo, a Galiza e Portugal vêem-se a partilhar um quase idêntico destino colectivo.

«Habitar é a marca fundamental do ser», dizia Martin Heidegger. Se levássemos a sério esta advertência de Heidegger, poderíamos dizer que é no quase idêntico espaço simbólico que habitam, que tanto a Galiza como Portugal têm também a marca fundamental do seu ser.

Vi escrito em Monção, uma pequena vila da província portuguesa do Alto Minho, numa lápide de rua sobranceira ao rio Minho, uns versos de escritor anónimo, que nos falam daquela espécie de «dúvida amorosa», ou de «indecisão», que Daniel Alfonso Rodríguez Castelao (1996), no seu *Sempre en Galiza*, atribuíu à relação que a Galiza tem mantido entre Portugal e Castela, mas que eu julgo ser também um sentimento bem português na sua relação com a Galiza:

A Galiza mai-lo Minho  
são como dois namorados,  
que os pais querem separados.  
Já que não podem casar,  
deixai-los ser namorados.

Amorosamente indecisa e duvidando, a identidade galaico-portuguesa sonha, todavia, com um parentesco histórico, cultural, étnico e linguístico, entre a Galiza e Portugal. E falar de sonho, quando nos referimos ao destino das nossas comunidades, não é dizer pequena coisa, uma vez que o real, todo o real, começa por ser um sonho na cultura, e só depois se torna uma concretização cultural. Ora, pelo menos no que respeita às nossas comunidades científicas, a ideia de uma identidade galaico-portuguesa constitui o signo do caminho que desejamos percorrer em comum. Poderia dizer que, num certo sentido, essa é a minha utopia de comunicação.

A darmos ouvidos ao historiador Joaquim Barradas de Carvalho (1974), ainda poderia haver algum sentido no facto de Portugal ter vivido, desde o começo, de costas voltadas para Espanha. Mas que não se justifica virarmos as costas à Galiza, isso é coisa que Teixeira de Pascoais (1986), por exemplo, não quer que de modo nenhum o olvidemos – a Galiza que «é um bocado de Portugal sob as patas do leão de Castela» (passe a perturbação que nos possa causar esta tão crua quão acintosamente lusitanista expressão do grande escritor português, amigo e correspondente de Miguel Unamuno).

Comparando, no entanto, a História de Portugal com a de Espanha, Joaquim Barradas de Carvalho explica aquilo a que chama de «dualidade da civilização ibérica» pela associação, no caso espanhol, da ideia de nação à ideia de religião, mas afasta secamente essa hipótese no que respeita ao caso português. Diz assim:

Em Espanha a unidade nacional forjou-se ao longo da reconquista, na luta contra o Islão, e de tal maneira que religião e nação

se confundiram. A noção de cristão identificou-se com a de espanhol, e inversamente, a noção de espanhol identificou-se com a de cristão. A noção de muçulmano, por sua vez, identificou-se com a de estrangeiro, mesmo quando o muçulmano era de origem hispânica (Carvalho, 1974, pp. 32-33).

E passa então a analisar o caso português.

Em Portugal, nada de comparável. A luta contra o Islão foi muito mais curta. A reconquista estava terminada em 1250 e não teve como em Espanha a mesma influência, não teve o mesmo papel na formação do País. Por outro lado, e aspecto muito importante, a formação de Portugal não se forjou contra o Islão, mas contra Leão, e depois contra Castela, isto é, contra outros países cristãos.

Peremptório, Joaquim Barradas de Carvalho remata então o seu ponto de vista: «[a reconquista] Não podia ter, portanto, um carácter religioso, mas apenas um carácter político» (*Ibid.*, p. 33)<sup>1</sup>.

O que quer que pensemos, todavia, das origens de Portugal e de Espanha, gostaria de retomar o tema da «indecisão amorosa» entre Portugal e Galiza para sublinhar dois aspectos. Por um lado, gostaria de insistir na identidade galaico-portuguesa. Por indecisa que seja, trata-se de uma identidade que sonha com o parentesco histórico, cultural, étnico e linguístico entre Portugal e Galiza. Mas, por outro lado, gostaria de chamar a atenção para o equívoco que ameaça essa interpretação de tomar a estrutura simbólica de Portugal e da Galiza como a *ordenação da sua própria vida colectiva*. Por mais que reportemos as nossas distintas comunidades a um fundo comum (um parentesco de língua, a partilha indiscutível de traços de cultura e de mentalidade, uma solidariedade inelutável

1. Não podia Barradas de Carvalho dizer coisa que mais confundisse a convicção há muito estabelecida entre académicos e investigadores. Damos como exemplo a comunicação que o etnólogo Jorge Dias apresentou ao Iº Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Washington, em 1950. Perorando sobre «Os elementos fundamentais da cultura portuguesa», Jorge Dias confirma aí a ideia secular de que Portugal nasce da luta contra os mouros. E acrescenta: «É uma guerra política e religiosa. Enquanto que se reconquista o solo da Pátria expulsa-se o inimigo da Fé» (Jorge Dias, 1971, p. 17).

dos nossos destinos), apenas a consistência dos projectos que, individual e colectivamente, formos capazes de erguer e de realizar em conjunto pode assegurar o nosso futuro. A identidade galaico-portuguesa bem pode sonhar, na verdade, com o parentesco histórico, cultural, étnico e linguístico entre Portugal e Galiza. Se dessa verdadeira narrativa das origens, que se levanta diante de nós como um santuário e é percorrida pela intenção significativa de um caminho comum, não regressarmos transformados pela antevisão de novos projectos para a vida de todos os dias das nossas comunidades científicas, bem podemos dizer que a nossa viagem não é caminho de encontro, por não chegar sequer a constituir ponto de partida.

## 2 A NOSSA MODERNIDADE

Pelo título que formulei para a minha intervenção, gostaria de debater, de um modo necessariamente sintético e esquemático, as mudanças ocorridas na comunicação em geral, e no panorama dos *media* em particular, ao longo das últimas décadas em Portugal. Ao esboçar o quadro de tão abrangente quão complexa realidade, defendo o ponto de vista de que passámos em Portugal, através de mudanças efectivas no sistema de comunicação social, e também de metamorfoses acentuadas na atmosfera da vida social e política, de uma utopia da comunicação, que é, na realidade, uma utopia de comunidade, a uma comunicação sem utopia, ou seja, manifestamente, a um simulacro de comunidade.

Esta transformação do sentido da comunicação, em Portugal, acompanha, evidentemente, a constituição e o desenvolvimento do sistema mediático na época contemporânea. Se interrogarmos o que significam deste ponto de vista os anos oitenta e noventa nas sociedades cosmopolitas e industriais, dar-nos-emos conta de que estes anos conhecem um inusitado e fulgurante desenvolvimento das indústrias culturais. Não falo apenas dos produtos culturais de massa, designadamente da televisão ou do cinema. Refiro-me também aos multimédia e à sua crescente integração, através do computador e dos sistemas sem fios, como acontece

hoje, por exemplo, com os telemóveis. A terceira vaga anunciada por Alvin Tofler caracteriza-se pela desmassificação da cultura, pela pluralidade de públicos e de mercados, e também pela integração de fenómenos como as artes, a publicidade, a moda, a música, a dança, o turismo e as férias, no espaço da cultura mediática.

Com uma origem modesta na Guerra Fria e nas redes universitárias, a informática e a electrónica foram mobilizadas, depois do colapso do bloco soviético, em finais dos anos oitenta, para formarem a sociedade da informação, ou das redes. Na consequência deste processo, a Internet passou para o centro de uma cultura cada vez mais cosmopolita e intensificou-se a globalização das economias e dos mercados.

Caracterizando a sociedade moderna na actual fase do seu desenvolvimento, Gianni Vattimo (1991: 12) fala da nossa sociedade como de uma «sociedade da comunicação generalizada». Procurando explicá-la melhor, Manuel Castells (2002) utiliza, por sua vez, a metáfora da «rede». E diz o seguinte: vivemos «um período caracterizado pela transformação da nossa “cultura material” operada por um novo paradigma organizado em torno das tecnologias da informação» (Castells, 2002: 33). No conceito de tecnologias da informação, Castells inclui «o conjunto convergente de tecnologias em micro-electrónica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/radiodifusão e óptico-electrónica», e até a engenharia genética e as suas aplicações (*Ibid.*: 34).

Sempre na tentativa de uma melhor caracterização da sociedade moderna, Lash e Urry (1994: 16) falam, por sua vez, de «paradigma do vídeo» e Olivier Donnat (1994: 284) de «cultura do ecrã». E há quem fale de cultura digital, como, por exemplo, Howard Rheingold, Peter Weibel e Derrick de Kerckhove, e de cibercultura, de que lembro Donna Haraway, Mark Dery, Steven Shaviro, Jean Baudrillard, Pierre Lévy e Paul Virilio.

A viver, é um facto, de pleno direito, desde Abril de 1974, a sua condição de país democrático no convívio das nações livres e democráticas da Europa e do mundo, Portugal guindou-se à con-

dição de país moderno em 1986, com a adesão à Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia, e vive, como todas as sociedades modernas, uma cada vez mais obsessiva fixação no paradigma comunicacional. O Estado Novo havia impedido o mais que pudera essa abertura. Mas nas novas condições políticas, com a proliferação de jornais, a liberalização da Rádio e da Televisão, os modos de controlo e de censura então existentes tornaram-se obsoletos. Entretanto, em Junho de 1995, cria-se a RTP Internacional, e em Março de 1997, a RTP África. O ensino da Comunicação chegara, por sua vez, à Universidade, em 1979, com a primeira licenciatura a ser criada na Universidade Nova de Lisboa<sup>2</sup>.

Pode dizer-se, sim senhor, que, também em Portugal, o desenvolvimento das indústrias culturais, que incluem os *media*, tornou hegemónica no nosso tempo a cultura mediática. A culminação deste processo fez confluír, num mesmo sentido, a comunicação, o consumo e o lazer, fechando deste modo o ciclo da estruturação de Portugal como sociedade moderna.

Convocando as palavras de Augusto Santos Silva (2002, 146), penso que tem sentido afirmar que a confluência do consumo, do lazer e da comunicação fecha o ciclo da nossa modernidade, em todos os seus aspectos: no plano das rotinas da acção; nos ritmos do espaço e do tempo; nos padrões de conhecimento e de reflexividade; no contexto da nossa relação com os outros; enfim, nos valores e símbolos que organizam a nossa vida de todos os dias.

Assim, se aceitarmos a caracterização que Edgar Morin (1994: 329-335) faz da cultura de massas para os anos que vão de 1910 a 1970, haverá que falar hoje de uma passagem acelerada

2. Actualmente existem vinte e sete cursos superiores na área das Ciências da Comunicação, em vinte e uma instituições do ensino superior universitário e politécnico. As respectivas vagas de ingresso perfaziam o total de 1243 alunos, no ano lectivo de 2003/2004. Em 1998, foi fundada a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). Em 1999, realizou-se na Gulbenkian o primeiro Congresso desta Associação. Em Abril de 2004, realizou-se na Covilhã o VI Congresso Lusófono e o II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação. Em Outubro de 2003, são pela primeira vez avaliados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia oito unidades de investigação de Ciências da Comunicação.

para uma atmosfera pós-moderna na sociedade ocidental, sem que, todavia, se tenha verdadeiramente desenvolvido em Portugal nesses anos uma cultura de massas, o que explica que a cultura e a arte pop mal tenham tido importância entre nós. Todavia, entrando em aceleração pelos anos setenta e oitenta, Portugal desenvolveu em pouco tempo uma cultura de massas e desembocou neste mundo, largamente globalizado e centrado na exploração de novos suportes e de novas formas de comunicação. Refiro-me à generalização dos telemóveis, cujos modelos mais avançados tecnologicamente permitem o registo fotográfico, o registo fílmico, a ligação *on line wireless* e a escrita em *word*, que se vulgarizou como as velhas máquinas de escrever. Refiro-me igualmente ao computador, às consolas de jogos electrónicos, às *cassettes* áudio, ao DVD, ao multimédia, ao *on line* e ao ciberespaço.

É indubitável, portanto, também em Portugal, a presença maciça do computador na cultura. Essas novas possibilidades de interacção electrónica e *wireless* têm relançado e intensificado as práticas de convivalidade e de oralidade, que se realizam no consumo, na apresentação do corpo e na música; que se realizam, também, naquilo que alguns chamam de novas tribos urbanas e suburbanas; e que se realizam, enfim, na afirmação de símbolos e de modelos juvenis (Maffesoli, 1988; Pais, 2004; Silva, 2002; Miranda, 2002).

É um facto, as tecnologias, em geral, e as novas tecnologias da informação, em particular, subvertem o quadro de conjunto em que se desenrolam as rotinas de acção da vida contemporânea. E, fazendo-o, subvertem e reconstroem, não apenas todo o imaginário infantil, como também o nosso imaginário social.

Neste entendimento, o Portugal moderno e cosmopolita é o Portugal que tem no centro do espaço doméstico a televisão, cada vez mais integrada com vídeo, telefone e computador (a televisão, que é uma máquina racional de produção e de administração de afectos, como é hoje, aliás, da natureza de todos os *media*). O Portugal moderno e cosmopolita é o Portugal que tem, também, no centro do consumo, a publicidade; no centro do lazer, a ani-

mação urbana; e, no centro da expressão juvenil, a música, a dança e o concerto. O Portugal moderno e cosmopolita é o Portugal que tem, ainda, a moda no centro da apresentação de si e o turismo e as férias no centro da evasão simbólica. O Portugal moderno e cosmopolita é, finalmente, o Portugal que tem no centro da relação de comunicação a Internet, que realiza o computador como «máquina universal», na expressão certa de Alan Turing.

### 3 MEDIA E CIDADANIA

Sendo meu intuito referir os aspectos que me parecem mais significativos da evolução e das transformações ocorridas no panorama dos *media* em Portugal, de 1974 para cá, vou circunscrever-me, todavia, à imprensa escrita e ao audiovisual, e deixar de lado várias outras dimensões da indústria cultural, no caso, o livro, o cinema e o vídeo. Farei, deste modo, um caminho paralelo àquele que foi percorrido há anos por Mário Mesquita (1994), no texto que escreveu para o livro *Portugal – 20 anos de democracia*, organizado por António Reis.

Falando do sistema de comunicação social nascido há trinta anos, devo salientar que a ideia de uma utopia da comunicação está naturalmente associada ao fim da censura exercida sobre os *media* pelo salazarismo-marcelismo e ao funcionamento livre da comunicação social na sociedade livre e democrática nascida com o 25 de Abril de 1974. Mário Mesquita (1994: 383) refere que este sistema se ergueu sobre os seguintes elementos estruturais: «a propriedade estatal da televisão; a partilha das principais estações de rádio entre o Estado (Radiodifusão Portuguesa) e a Igreja Católica (Rádio Renascença); a coexistência do sector público e sector privado na área da imprensa escrita, embora em clima de permanente guerrilha».

Foram questões decisivas em Portugal, nos anos que se seguiram ao 25 de Abril, o debate da liberdade de imprensa e a polémica sobre controlo dos *media*. Num clima de guerrilha interpartidária, que teve como momentos paroxísticos os casos *República* e *Rádio Renascença*, ambos em 1975, eram então fre-



quentes as greves e os movimentos de protesto contra a interferência governamental em órgãos de informação públicos. E entre estes órgãos tinha papel de destaque a RTP<sup>3</sup>.

Estas questões não foram, contudo, de modo nenhum resolvidas com o livre funcionamento dos *media*. Não o foram com a publicação da Lei de Imprensa, em Fevereiro de 1975, nem com a aprovação da Constituição da República, em Março de 1976. Assim como também o não haviam sido com a nacionalização dos *media* de referência (os jornais diários, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *O Século* e *A Capital*), que ocorreu com a nacionalização da banca e dos seguros, na sequência do 11 de Março de 1975.

Por largos anos, que praticamente se prolongaram até final da década de oitenta, a utopia de uma comunicação livre chocou não apenas com as mais variadas tentativas para a controlar, vindas aliás dos mais desencontrados sectores, como chocou também com a vontade do poder político em a instrumentalizar.

Poderei dizer, em síntese, que muitas das transformações por que passou o sistema mediático português, nos últimos trinta anos, exprimem as mudanças que sacudiram a sociedade portuguesa. Mas, por outro lado, também as aprofundou. Acontece ainda que, se nuns casos algumas dessas transformações foram de natureza endógena (por exemplo, a manhã inaugural de 25 de Abril, o fecho do período revolucionário a 25 de Novembro de 1975, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986), noutras elas exprimiram movimentos sociais e correntes transnacionais, que ultrapassaram largamente os limites do território nacional (entre outros, os casos da implosão do bloco soviético e do conseqüente fim da Guerra Fria, em 1989, assim como as duas recentes vagas de alargamento da União Europeia, mais ligeira a primeira, em Janeiro de 1995, com a adesão de três países, mais profunda a segunda, em Maio de 2004, com a adesão de dez países).

3. Sobre a televisão em Portugal, ver, para o período salazarista, a tese de doutoramento de Rui Cádima, publicada em livro, em 1996, com o título *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Também para o período salazarista, mas sobretudo para os anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, ver o artigo de Helena Sousa & Luís Santos (2003).

## 4 O PODER DOS MEDIA

Uma coisa é certa, nos anos noventa, já dificilmente os Governos conseguem controlar os *media*. O ainda recente caso Marcelo Rebelo de Sousa, que por alegadas pressões do poder político e económico, se viu forçado, no Outono de 2004, a cancelar o comentário político que nos últimos quatro anos ininterruptamente fez na TVI, não deixa antever qualquer mudança neste veredicto. Cada vez mais condicionados pela agenda televisiva e pela sacramental hora do telejornal das vinte horas, os políticos parecem ter perdido a guerra do controle dos *media*.

No primeiro quinquénio dos anos noventa, com os jornais *O Independente* e *Público*, também com a *TSF – Rádio Jornal*, e ainda com os canais de televisão SIC – Sociedade Independente de Comunicação e TVI – Televisão Independente, projectos jornalísticos então acabados de ser lançados (o semanário *O Independente* em 1988, o jornal *Público* em 1990, a *TSF* em 1988, a *SIC* em 1992 e a *TVI* em 1993), os *media* invertem a situação e ganham um novo protagonismo na sociedade portuguesa. Deu-se, entretanto, a total reprivatização da imprensa escrita de referência, do *Jornal de Notícias*, ao *Diário de Notícias* e à *Capital*. A *Rádio Comercial* foi também privatizada. E as rádios locais que, num primeiro momento, haviam enxameado caoticamente o espaço hertziano, sendo conhecidas como «rádios piratas», vêem definido em 1989 o seu quadro legal, pelo que, a partir dessa data, têm as emissões legalizadas, ou em vias de o serem.

Nestas novas condições, que coincidiram com a coabitação Soares/Cavaco, os *media* como que chamam a si a iniciativa política e parecem impor-se aos políticos, condicionando-lhes a agenda. Vai neste sentido, por exemplo, a tese de Estrela Serrano (2002)<sup>4</sup>

4. Tenaz arauto deste modo de fazer jornalismo, condicionando a política e impondo-se aos políticos, a SIC ascendeu à liderança das audiências em 1995. Como exemplo emblemático de condicionamento da política pelos media, lembro os seus programas, *Praça Pública* (com o cidadão comum no centro de cena) e *Noite da Mãe Língua* (*talk-show* de mordaz crítica política). Lembro, também, os debates moderados por Miguel Sousa Tavares e Judite de Sousa, em conjunto, ou então isoladamente. Lembro, ainda, ao nível da imprensa escrita, o papel desempenhado pelo semanário *O Independente* na queda de alguns ministros.

sobre as Presidências Abertas de Mário Soares, que tanto desmoralizaram o Governo de Cavaco Silva. Defende esta autora que essas Presidências Abertas foram pensadas em função da agenda da SIC.

#### 5 IMAGINÁRIO TRÁGICO E MELANCOLIA

No segundo quinquénio dos anos noventa, todavia, os *media* deixaram de ser um actor preponderantemente político e passam a ter um cunho eminentemente social. Convoca as figuras de cidadão comum e de quotidiano. E dá um estatuto *kitsch* e estético à democracia. Sobretudo desde a entrada no novo século, os *media* consomem-se em sensação, emoção e sedução.

Na televisão vence o formato *Big Brother* (data de Setembro de 2000 a primeira emissão), com a *Quinta das Celebidades* a ser, em 2004, a sua expressão de ponta<sup>5</sup>. Este formato exprime a reorganização da relação do espaço privado com o espaço público, impondo no espaço público o espaço privado, quero dizer, impondo no espaço público o espaço da intimidade. Na imprensa escrita ganham importância, entretanto, os projectos jornalísticos que se voltam para a conquista de compradores, e não propriamente para a conquista de leitores. Falo dos jornais diários, de expressão nacional, *24 Horas* e *Correio da Manhã*. O *24 Horas* viu as suas vendas subirem 110% de Setembro de 1998 a Setembro de 2003; e, no mesmo período, o *Correio da Manhã* subiu as suas vendas 55%.

Surge, entretanto, um fenómeno novo no jornalismo, a blogosfera, com o primeiro blog a ser criado em Portugal em 2001<sup>6</sup>. E é interessante verificar que este fenómeno irrompe fora dos *media* tradicionais e da política dos seus proprietários, pelo que também não obedece às rígidas regras do estilo redactorial. O florescimento destas experiências, e também a democratização do

5. A partir de Setembro de 2000, com o «reality show» *Big Brother*, a TVI alcança a liderança das audiências em horário nobre.

6. Em Janeiro de 2001, António Granado cria o primeiro blog. Em Fevereiro de 2002, o curso de mestrado de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho cria também o seu blog. É a partir de 2003 que o fenómeno blog se generaliza, quando várias figuras públicas, entre as quais Pacheco Pereira, criam um blog pessoal. O primeiro encontro nacional de blogs realiza-se ainda no Verão de 2003, na Universidade do Minho.

tratamento da imagem e do som pela utilização do vídeo digital, revelam as extraordinárias potencialidades que a nova situação propicia.

Chegados, com efeito, aos anos noventa, penso ser possível associar o funcionamento dos *media* à ideia de um trágico social. Esta ideia alude à crise da época, ao seu mal-estar, alguns dirão, à crise da modernidade (Lyotard, 1979, 1993; Miranda, 1997, 2000). Os *media* exprimem a crise da época, o seu mal-estar, mas aprofundam também esta crise e este mal-estar (Martins, 2002b).

Esta tendência está associada à perda de influência da imprensa escrita e à hegemonia crescente do audiovisual, designadamente à hegemonia da televisão<sup>7</sup>. Os meios de comunicação social como que nos falam de um *fatum* que se abate sobre a comunidade e que ribomba constantemente por cima das nossas cabeças. Os *media*, sobretudo a televisão, deixaram praticamente de se ocupar de informação. Ocupam-se antes das últimas do destino, seja da *última fatalidade* (quedas de pontes, incêndios nas florestas, infanticídios sórdidos, calamidades naturais, reformas douradas de políticos, suspensão de obras em túneis viários, encerramentos de

7. Diga-se, todavia, que a hegemonia do audiovisual sobre a imprensa escrita não é em Portugal um fenómeno recente. Segundo números divulgados pelo *Conselho de Imprensa*, e referidos por Mário Mesquita (1994: 384), Portugal tinha no início da década de oitenta a mais baixa capitação de jornais diários da Comunidade Europeia (45 jornais por dia em cada mil habitantes, contra 79 jornais em Espanha e 102 jornais na Grécia). Além disso, já por toda a década de oitenta havia em Portugal uma tendência para a diminuição gradual da venda dos jornais: em 1983, vendiam-se 136 milhões; em 1984, 127 milhões; em 1985, 110 milhões.

De acordo com dados relativos ao ano de 1983, divulgados pelo *Group European of Audience Researchers* (apud Mesquita, 1994: 385), Portugal situava-se no último lugar, entre dezassete países europeus, no que se refere à utilização diária da televisão, rádio e imprensa, sendo também no nosso país que se verificava a maior distância entre a audiência do audiovisual e da imprensa escrita. Em 1983, os valores médios de utilização diária dos *media* em Portugal foram de 71% para a TV, 37% para a rádio e 19% para a imprensa, quando em Espanha os valores médios de utilização diária dos *media* foram de 80% para a TV, 61% para a rádio e 34% para a imprensa. Esta situação apresenta um significativo contraste com o que se verificava em países do Norte da Europa. Na RFA, os valores foram os seguintes, no mesmo ano de 1983: 80% para a TV, 76% para a rádio; 84% para a imprensa. E na Grã-Bretanha foram: 72% para a TV, 53% para a rádio, 83% para a imprensa.

túneis ferroviários), seja da *última bem-aventurança* (derramada na terra por um pontapé que tenha levado uma bola de futebol às redes de uma baliza, ou por um qualquer loto ou *jackpot*, nacional ou europeu), uma e outra chegadas de Delfos, a todo o instante, e proclamadas pela voz do Tirésias de serviço, cujo castigo já não é a cegueira, mas o regresso quotidiano ao torvelinho desse melancólico lugar.

#### 6 UM CORPO EM RUÍNA

A ideia de um trágico social anda associada hoje à ruína do corpo na sociedade contemporânea. E com corpos individuais em ruína e com corpos sociais igualmente em ruína, a comunidade vive melancolicamente. Por sua vez os *media* exprimem e aprofundam esta melancolia.

A comunidade apresenta-nos hoje, de facto, corpos individuais em ruína efectiva. Desses corpos fazemos um estaleiro para dietas, limpezas, liftings, implantes e próteses. Mas este corpo, em ruína efectiva, sonha melancolicamente com os modelos das *passerelles* da moda, com os modelos fotográficos, com o *glamour* das estrelas de cinema e com o corpo ginasticado dos desportistas. Ou então, sonha melancolicamente com as viagens tranquilas e sem risco, que as novas tecnologias e os *media* lhe prodigam em fartos borbotões ao reino da evasão, do exotismo e do fantástico (Martins, 2003).

Por outro lado, a comunidade apresenta-nos um corpo social também em efectiva ruína: a persistente abstenção eleitoral traduz e aprofunda a crise do sistema representativo; o rotativismo dos partidos no poder não traz nenhuma nova política, nenhuma alternativa; os indicadores de participação e de cidadania estão no seu ponto mais baixo<sup>8</sup>. E, no entanto, este corpo social em ruína sonha melancolicamente. Do ideal democrático sobra-lhe apenas um efeito estético, uma exaltação, uma indignação, seja em casos de gestão danosa, corrupção e tráfico de influências (os casos *Moderna*

8. Este diagnóstico levou Michel Maffesoli a falar, já em 1992, de «transfiguração do político» e de «tribalização do mundo».

e *Apito Dourado*), seja em casos de corrupção de menores e de lenocínio (o caso *Casa Pia*), seja em casos de alarme social, provocado pela multiplicação das casas de alterne em aldeias recônditas (o caso *Mães de Bragança*), seja em casos de ilegítima pressão governamental sobre a comunicação social para a condicionar (casos *Marcelo Rebelo de Sousa* e *Diário de Notícias*).

Eu diria, com as palavras de Lyotard, e concluo o meu ponto de vista, que este corpo, que se consome em melancolia, não exprime nenhuma finalidade. Exprime apenas o seu sofrimento, «um sofrimento de finalidade» (Lyotard, 1993: 93). No entanto, é também verdade que o trauma provocado pelo desaparecimento da confiança na comunidade histórica, assim como a melancolia que acompanha a banalização da vida, essa vertiginosa sensação de um trágico sem tragédia, além da própria impossibilidade de anulá-los, reclamam que nos recoliquemos no horizonte de uma comunidade partilhada, pois é nesse horizonte que se joga a salvaguarda das possibilidades da (a)ventura humana (Agamben, 1993).

#### 7 EM JEITO DE CONCLUSÃO

Termino retomando a ideia que exprimi na abertura desta intervenção. A um tempo em que a comunicação não parece animada por nenhuma utopia, contraponho uma utopia da comunicação, contraponho esta amorosamente indecisa identidade galaico-portuguesa, que sonha com um parentesco histórico, cultural, étnico e linguístico entre a Galiza e Portugal. Como já assinalai, pelo menos no que respeita às nossas comunidades científicas, eu gostaria de ver bem rebatidas as fronteiras, todas as fronteiras de linha plena e contínua que entre elas se erguem, e de as ver substituídas pelos limites imprecisamente espacializáveis da tradição e do destino comuns, com a nossa história cultural a assinalar sempre a co-presença do mesmo e do outro no caminho que desejamos percorrer em comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, 1993, *A comunidade que vem*, Lisboa, Presença.
- CÁDIMA, Rui, 1996, *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Presença.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, 1974, *Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico? (Uma Perspectiva Histórica)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- CASTELAO, Daniel Alfonso Rodríguez, 1996, *Sempre en Galiza*, Vigo, Ed. Galaxia.
- CASTELLS, Manuel, 2002, *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, I. *A sociedade em rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- DERY, Mark, 1996, *Escape velocity. Cyberculture at the end of century*, New York, Grove Press.
- DIAS, Jorge, 1971, *Estudos do carácter português*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Col. «Estudos de Antropologia Cultural», n.º 7.
- DONNAT, Olivier, 1994, *Les Français face à la culture. De l'exclusion à l'éclectisme*, Paris, La Découverte.
- KERCKHOVE, Derrick de, 1997, *A pele da cultura*, Lisboa, Relógio d'Água.
- LASH, Scot, URRY, John, 1994, *Economies of signs and space*, London, Sage,
- LYOTARD, Jean-François, 1984, *A condição pós-moderna*, Lisboa, Gradiva.
- LYOTARD, Jean-François, 1993, *Moralités post-modernes*, Paris, Galilée.
- MAFFESOLI, Michel, 1988, *Le Temps des Tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés modernes*, Paris, Klincksieck.

- MAFFESOLI, Michel, 1992, *La Transfiguration du Politique. La tribalisation du monde*, Paris, Gasset.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 1996, *Para uma inversa navegação. O discurso da identidade*, Porto, Afrontamento.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 2002a, *A Linguagem, a Verdade e o Poder. Ensaio de Semiótica Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 2002b, «O trágico como imaginário da era mediática», in *Comunicação e Sociedade*, NECS, n.º 4, pp. 73-79.
- MARTINS, Moisés de Lemos, 2003, «Por uma democracia a vir. A televisão de serviço público e a sociedade civil», in Manuel PINTO (org.) *Televisão e Cidadania*, Braga, NECS, Universidade do Minho, pp. 9-12.
- MESQUITA, Mário, 1994, «Os meios de comunicação social – O universo dos media entre 1974 e 1986», in António Reis (ed.), *Portugal – 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 360-396.
- MESQUITA, Mário, 2003, *O Quarto Equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*, Coimbra, Minerva.
- MIRANDA, J. Bragança de, 1997, *Política e modernidade. Linguagem e violência na cultura contemporânea*, Lisboa, Colibri.
- MIRANDA, J. Bragança de, 1999, «Fim da mediação? De uma agitação na metafísica contemporânea», in *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 25, pp. 293-330.
- MIRANDA, J. Bragança de, 2002, *Teoria da Cultura*, Lisboa, Século XXI.
- MORIN, Edgar, 1994, *Sociologie*, Paris, Fayard.
- PAIS, J. Machado & BLASS, Leila (org.), 2004, *Tribos Urbanas. Produção artística e identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.



- PASCOAES, Teixeira de, & UNAMUNO, Miguel de, 1986, *Epistolário ibérico. Cartas de Unamuno e Pascoaes*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- PINTO, Manuel, *et al.*, 2000, *A comunicação e os media em Portugal (1995-1999)*, Braga, NECS, Universidade do Minho.
- REINGOLD, Howard, 1994, *Realidad virtual*, Barcelona, Gedisa.
- SERRANO, Estrela, 2002, *As Presidências Abertas de Mário Soares*, Coimbra, Minerva.
- SILVA, Augusto Santos, 2002, *Dinâmicas Sociais do Nosso Tempo*, Porto, Editora da Universidade do Porto.
- SOUSA, Helena & SANTOS, Luís, 2003, «RTP e serviço público. Um percurso de inultrapassável dependência e contradição», in Manuel PINTO (org.), *Televisão e Cidadania*, Braga, NECS, Universidade do Minho, pp. 55-75.
- VATTIMO, Gianni, 1991, *A sociedade transparente*, Lisboa, Edições 70.